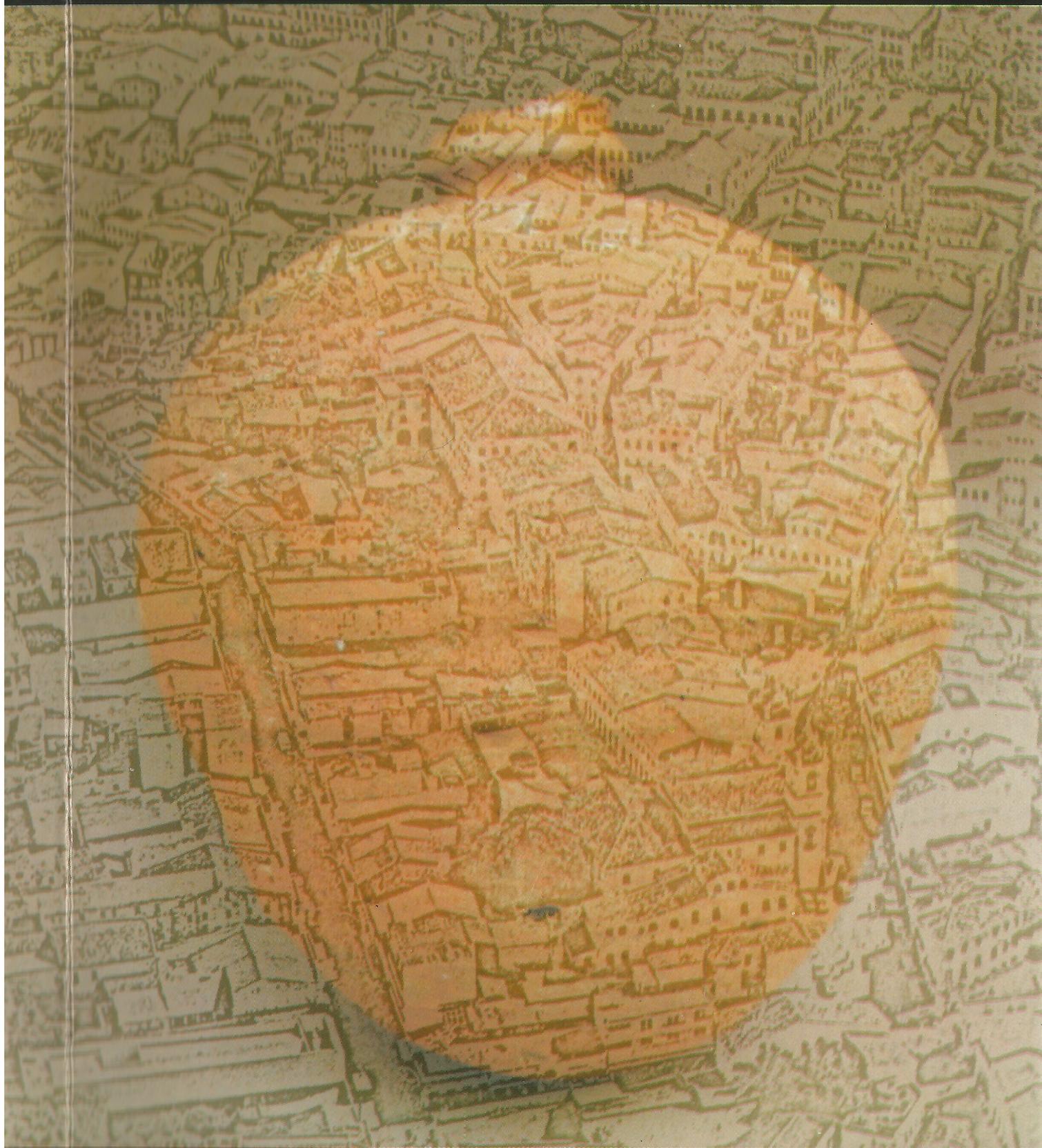


ANAIS



1º FORUM LUSO-BRASILEIRO DE ARQUEOLOGIA URBANA

3 4 5 julho 2006

Salvador de Bahía

**Conceição Lopes
Carlos Etchevarne
(Organizadores)**

ANAIS DO Iº FORUM LUSO-BRASILEIRO DE ARQUEOLOGIA URBANA

**Salvador
3, 4 e 5 de julho de 2006**

Instituições organizadoras

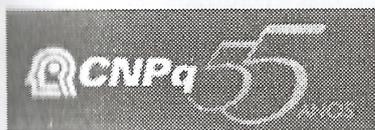


Universidade Federal da Bahia



Universidade de Coimbra

Patrocínio



fapesb



**Fundação de Amparo
à Pesquisa do Estado da Bahia**



CAPES

Iº FORUM LUSO BRASILEIRO DE ARQUEOLOGIA URBANA

DATAS

3, 4 e 5 de julho de 2006

LOCAL

Auditorium da Antiga Faculdade de Medicina, Terreiro de Jesus, Centro Histórico de Salvador da Bahia.

INSTITUIÇÕES ORGANIZADORAS

- Universidade Federal da Bahia (Departamento de Antropologia e Etnologia, Museu de Arqueologia Etnologia e Programa de Pós-Graduação em Antropologia)
- Universidade de Coimbra (Instituto de Arqueologia e Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto)

COMISSÃO ORGANIZADORA

Carlos Caroso Soares, Universidade Federal da Bahia
Carlos Etchevarne, Universidade Federal da Bahia
Luis Nicolau Parés, Universidade Federal da Bahia
Maria Conceição Lopes, Universidade de Coimbra
Maria Rosário Carvalho, Universidade Federal da Bahia

COMISSÃO DE APOIO LOGÍSTICO

Aurea Tavares
Carlos Costa
Fabiana Comerlato
Julio César Mello de Oliveira
Mirta Barbosa
Rafael Losada Martins
Sarah Miranda
Teresa Mendonça

PATROCÍNIO NO BRASIL

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB

PATROCÍNIO EM PORTUGAL

Universidade de Coimbra
Fundação Gulbenkian

PROJETO GRÁFICO DO EVENTO

Marcelo Rucq

Forum Luso- Brasileiro de Arqueologia Urbana (1. : 2006 Salvador, Ba)
Anais do Iº Forum Luso- Brasileiro de Arqueologia Urbana, Salvador
3,4 e 5 de julho de 2006 / Conceição Lopes, Carlos Etchevarne
(organizadores); Salvador: Fast Design, 2009
233 p. : il.

Patrocínio no Brasil : CNPq, CAPES e FAPESB. Patrocínio em Portugal:
Universidade de Coimbra e Fundação Gulbenkian.

1. Cidades e vilas – Brasil – Congressos. 2. Cidades e vilas – Portugal –
Congressos. 3. Urbanização – Brasil – Congressos. 4. Urbanização –
Portugal – Congressos. 5. Cerâmica – Brasil – Congressos. I. Lopes,
Conceição. II. Etchevarne, Carlos. III. Título.

CDD – 711.4

SUMÁRIO

Apresentação	05
---------------------------	-----------

PRIMEIRA PARTE

As cidades coloniais e os seus territórios

O território urbano no mundo colonial Luso-Brasileiro Carlos Etchevarne e Conceição Lopes	09
Les paradoxes du territoire colonial Gerárd Chouquer	17
A cidade excluída. As fronteiras da proteção na cidade brasileira do século XVIII Lourdes Craveiro	33
A arqueologia histórica da cidade missioneira colonial e seu território Arno Alvarez Kern	49
Arqueologia de la primeira Buenos Aires (1536-1541): entre a história e o mito Daniel Schavelzon	59
A serpente do tunnel (e outros desafios na arqueologia histórica de Porto Calvo) Scott Joseph Allen	93
A instalação de armações e núcleos populacionais coloniais em Santa Catarina, Brasil Fabiana Comerlato	107
Programa de arqueologia urbana para a cidade de Recife Paulo Tadeu de Souza Albuquerque e Miriam Cazetta	127
Arqueologia colonial: casas fortes, territorialização e relações inter-étnicas na capitania do Rio Grande no século XVII Roberto Airon da Silva	139

As cidades pombalinas na Amazônia Marcos Albuquerque	143
As formas e as modalidades de um modelo histórico de colonização das terras que aparecem na idade média Cedric Lavigne	145
Para a concepção estratégica das fortificações coloniais de Salvador, Bahia Pedro Agostinho	151
Paisagens e passagens no arquipélago Fernando de Noronha Miriam Cazetta	153

SEGUNDA PARTE

A cerâmica arqueológica como documento sobre as relações transatlânticas no período colonial

Louça fina não vidrada barroca dos séculos XVI, XVII e XVIII Paulo Dórdio	157
Os tijolos e as telhas do sítio da antiga igreja da Sé de Salvador, Bahia: modelos de estudos e perspectivas interpretativas Carlos Alberto Santos Costa	169
Faiança portuguesa do século XVII Rafael Salinas Calado	193
Cerâmica indígena e identidade étnica: uma discussão ainda necessária na arqueologia brasileira Jorge Eremites de Oliveira	201
Arqueologia preventiva: problemas e perspectivas Rossano Bastos Lopes	233

ersité
ttp://

riaux
stiges

A CIDADE EXCLUÍDA. AS FRONTEIRAS DA PROTECÇÃO NA CIDADE BRASILEIRA DO SÉCULO XVIII

naine

Lurdes Craveiro

Instituto de História da Arte /Universidade de Coimbra

dans

ttent-
58, p.

entre
mples
se de

No século XVI o Brasil herda a configuração territorial definida pelo Tratado de Tordesilhas. As linhas de fronteira então assumidas inscreviam-se tanto no plano da virtualidade como fictícios eram os limites fixados pelas capitánias. Desde sempre, a preocupação portuguesa na materialização desenhada do domínio espacial, recuperando o invisível, haveria de configurar-se no esforço traduzido pela cartografia de que resultou, até ao século XIX, riquíssimo espólio fabricado, em grande parte, na esfera da Universidade de Coimbra.

Até ao século XVIII o território foi marcado pela indefinição estabelecida a vários níveis: a partilha de soberania entre portugueses, ingleses e holandeses sobretudo na costa atlântica ou a conflitualidade permanente na conquista do interior deram visibilidade aos problemas extraídos da concorrência dos interesses externos e da oposição dos elementos autóctones que resultaram, em última instância, na precaridade dos poderes instalados e conseqüente instabilidade no traçado dos limites fronteiriços. No desenvolvimento dos percursos científicos herdeiros do pensamento humanista do Renascimento, foi ganhando forma uma estrutura alargada de domínio amadurecido pela política da conciliação ou por uma acção de mais forte cariz impositivo. A domesticação de uma natureza desconhecida e agreste, que implicava também a domesticação do índio, transformou-se em urgente programa a aplicar com vista à integridade do território, à sua manutenção e à preservação de uma identidade que se presume superior e controlada pela metrópole. A interpenetração de dois mundos, o da racionalidade e da ordem *versus* “*animalidade e desordem dos elemen-*

tos” (Araújo, 2003, p. 151), em que a legitimação operativa de um só é possível a partir do seu oposto, ganha especial relevo na configuração da cidade. Mesmo que no interior da colónia, feito de muitas realidades, se organize o mundo complexo da exploração do território, estimulando aquilo a que Raminelli já chamou de “*indústria americana*” (Raminelli, 2001, p. 985), desenvolvem-se potencialidades locais e conquista-se a pulso um outro território científico onde importava também ganhar a concorrência europeia nos domínios da botânica, da medicina, da física, da matemática ou da astronomia. Quando, avançado o século XVIII, na *Viagem Filosófica* de Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792), apetrechada com os cânones fornecidos pela estrutura científica em torno da Universidade de Coimbra e das particulares instruções de Vandelli, se denuncia a fraqueza moral dos autóctones, “*estúpidos e preguiçosos*”, e a necessidade de os integrar na força motriz da “civilização”, ficam claros os contornos da lógica colonizadora apostada na transformação redentora dos territórios envolvidos; ou seja, metrópole e colónia aparentemente unidas por objectivos comuns onde, no processo impositivo dos modelos, se subvertem os circuitos instalados que transfiguram a “coerência” do percurso. Uma operação cognitiva que interpele os (des)equilíbrios ou as (as)simetrias presentes no terreno permitirá pensar uma realidade a escalas onde a conflitualidade assume um valor próprio e a dissonância ganha o estatuto de independência face a um suposto modelo. De facto, os poderes, local ou universalmente organizados, não podem constituir-se como pedra basilar na emissão de referenciais que, implantados nos diversos territórios, prescindem de outras componentes actantes com idêntica força persuasiva na descodificação das realidades observadas.

O conhecimento exige hoje uma vigilância operativa que integre os modelos referenciais decorrentes do rei, do príncipe, do governador, do mosteiro, da fortificação, da Academia Militar, da Universidade ou de uma qualquer entidade de poder. A sua estruturação, com maior ou menor visibilidade, não pode, no entanto, omitir a interferência de outros factores provenientes de uma ocupação efectiva do território, onde o quotidiano construído a partir de outros sentidos defi-

nidos pelos elementos autóctones assume vital importância numa leitura interpretativa. Ou seja, as energias decorrentes de uma presença humana activa (que pactua com formas e técnicas artesanais, que desenvolve práticas de sociabilização previamente instaladas ou que sabe adaptar a imposição de planos urbanísticos, digeridos pela carga das heranças presentes) deixam de ser “ingredientes decorativos” de um desígnio maior e passam a reivindicar estatuto concorrencial na interpretação dos fenómenos sociais.

As leituras sobre a instalação e desenvolvimento da cidade colonial no Brasil decorrem precisamente desse pressuposto que faz interagir factores múltiplos que se conjugam também num sistema de auto-organização onde a cidade brasileira se organiza a partir da ausência, das missões jesuíticas, dos engenhos montados ou de povoados pré-existentes e se constrói em território tão vasto como dilatado é o espaço das interferências representadas.

No século XVIII, o Brasil constituiu-se no espaço privilegiado onde se praticaram os ensaios mais relevantes nos capítulos da experimentação e do desenvolvimento científico. E também porque a capacidade de pressão portuguesa se esgotava a Oriente, foi no Brasil que se concentraram todas as expectativas de sucesso económico suportado pela acção política concertada que não prescindia das bandeiras da ciência, da Razão e do progresso. Fruto de uma cultura ideologicamente alcandorada nos valores da ciência, a cidade seria uma das realizações mais expressivas do Iluminismo. E se a cidade brasileira não nasce no século XVIII, será sobretudo a partir do empenhamento vigilante do marquês de Pombal que as estruturas urbanas ganham uma outra dimensão de disciplina e rigor, nem sempre observáveis na materialidade da execução. Com efeito, a natureza específica dos poderes implantados e os correspondentes objectivos políticos, da massa humana a trabalhar, das actividades económicas em curso ou das condições topográficas envolventes condicionam também a peculiar representação do desenho urbano que se verifica à extensão do território constantemente redefinido.

Amadureceu nos últimos anos o entendimento historiográfico que identificava as concepções racionalistas do programa urbanístico criteriosamente implantado no Brasil com as preocupações políticas do Iluminismo científico perseguido nos meios cultos da Europa. A percepção eurocêntrica de que um suposto centro exportava os modelos civilizacionais para as periferias controladas por si, tende, na realidade, a evoluir num sentido que obriga a um reposicionamento da questão. A partir do momento em que a “pureza” do modelo entra em conflito com a peculiar condição do território para onde é projectado desencadeia-se essa “*turbulência*” (Martins, 2001, p. 38) geradora de uma nova condição que tende a harmonizar os factores intervenientes e é, por seu turno, responsável por um refrescamento dos circuitos transformadores do paradigma. É assim que o ideal sonhado ganha a dimensão de utopia e é assim que a periferia se pode arvorar em centro competidor e concorrencial no alargamento da geografia dos poderes. As dinâmicas instaladas assumem hierarquias constantemente dissolvidas numa interdependência que deixou de ser controlada em absoluto pelos poderes representados: “*enquanto cultura europeia, a cultura portuguesa foi uma periferia que, como tal, assumiu mal o papel de centro nas periferias não-europeias da Europa*” (Santos, 2002, p. 133).

Concretizando, a acção programada sobre a Lisboa Pombalina pós terramoto ou a rápida projecção de Vila Real de Santo António só foram possíveis no aproveitamento das experiências devidamente testadas no Brasil e com o reconhecimento prévio da sua eficácia. O mesmo é dizer que o “centro” acolheu a centralidade da “periferia” enquanto esta se transforma em entidade com aptidão para digerir modelos que exporta revigorados e, portanto, já outros.

No Brasil a fundação das estruturas urbanas é indissociável de um conjunto de factores que, sobretudo ao longo do século XVIII, acompanham a natureza específica dos espaços de projecção e acolhimento, bem como da capacidade operativa de diálogo inter-civilizacional que se estabelece, à margem ou não das vontades intervenientes. Desta forma, continua a ser obrigatório fazer interferir neste processo toda uma dinâmica que passa não apenas pelas expectativas de uma

cultura iluminista e pelas intenções políticas de domínio e implementação dirigida dos níveis de progresso social e económico mas também, com importância vital, pelas referências à nova prática de soberania sobre a ideia renovada do território, incontornavelmente ligada à redefinição dos limites. O caso exemplar da Amazónia é revelador desta confluência de onde não se podem demarcar, agindo de forma inter-relacional, os tratados de Madrid (1750) e Santo Ildefonso (1777), a Lei da Liberdade dos Índios (1755), a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755), a extinção da Companhia de Jesus (1759) ou o sistemático investimento na captação de um território desconhecido que implicará tanto a aventura das viagens exploratórias como as experiências urbanas levadas a cabo no âmbito da fixação e consolidação da paz e “bem estar” das populações. Em ambos os casos, o Brasil deve entender-se também como reservatório laboratorial, amplo espaço disponível onde Portugal pode testar os modelos científicos europeus que, em última análise, conduzem à prosperidade e à superioridade política visada pelo governo de Pombal. Expressão máxima do universo racionalizado que sustenta a prática ideológica da colonização, a cidade, imperativo de estabilidade, progresso e felicidade, atrai sobre si os olhares mais atentos do poder e determina, ao mesmo tempo, uma actuação com resultados nem sempre coincidentes com os esperados.

A recuperação da suposta adequação entre o projecto idealizado e a sua realização torna obrigatória a ponderação sobre a real capacidade de ingerência dos elementos físicos e humanos presentes que, efectivamente, condicionam e reconfiguram a estrutura urbana. Se a projecção da cidade ideal no Brasil não surgiu apenas no século XVIII, a verdade é que, sobretudo a partir da governação pombalina, é mais sólido o corpo ideológico que preside às intenções do poder e são também mais explícitos os níveis de incompatibilidade decorrentes das fracturas observáveis no terreno concreto das operações. A política imperial defrontou-se no Brasil com a pressão das comunidades autóctones, com a hostilidade ainda longe de se esgotar, com um ter-

ritório onde era preciso contornar os perigos naturais e com a necessidade de gerir a redefinição dos poderes localmente instalados.

A visibilidade do poder sobre a comunidade deriva também das régias determinações quanto aos modelos urbanísticos a utilizar. Neles se repercutirá a capacidade de organização e domínio de um sistema natural que passará a ser controlado pelos funcionários que, diligentemente e em circuitos alargados que cobrem o Império, se aplicam na consumação de um ideal projectado no papel. As cartas régias para a (re)fundação das cidades dos meados do século XVIII insistem, assim, em práticas de ortogonalidade e clareza de traçado onde se toma particular atenção à geografia dos espaços do poder: a praça com o pelourinho, a igreja, a casa da Câmara e os demais edifícios públicos (Rossa, 1995, p. 288).

Na urgência de construir a estabilidade funcional para a cidade, ao mesmo tempo que se deve assumir como de proveniência portuguesa o programa de racionalização urbana no Brasil, deve sobretudo pensar-se no impacto das medidas importadas que veio a traduzir-se em amplíssima variedade compositiva. Portugal exportou a necessária vontade colonizadora arrastando para isso os meios possíveis: a capacidade científica para a resolução dos problemas materiais, os mecanismos disponíveis de poder e a mão-de-obra qualificada com os conhecimentos teóricos e a experiência extraída do contacto com o vasto território ultramarino.

Tem sido sistematicamente realçado o papel dos engenheiros militares na projecção dos planos urbanísticos, muitas vezes articulados a uma estrutura defensiva que implica tanto a defesa do território face ao inimigo exterior como a consagração de uma autoridade que se dirige também à população instalada na cidade. A secular tradição da guerra e das tácticas militares, refrescada em Portugal a partir de 1647 quando a Academia Militar substitui a Aula de Fortificação e Architectura Militar, investe na reorganização dos exércitos, criteriosamente acompanhada pelos textos que conferem rigor e credibilidade ao exercício da profissão. É assim que o conde de Lippe pode, na década de sessenta de setecentos, defender que “*A guerra*

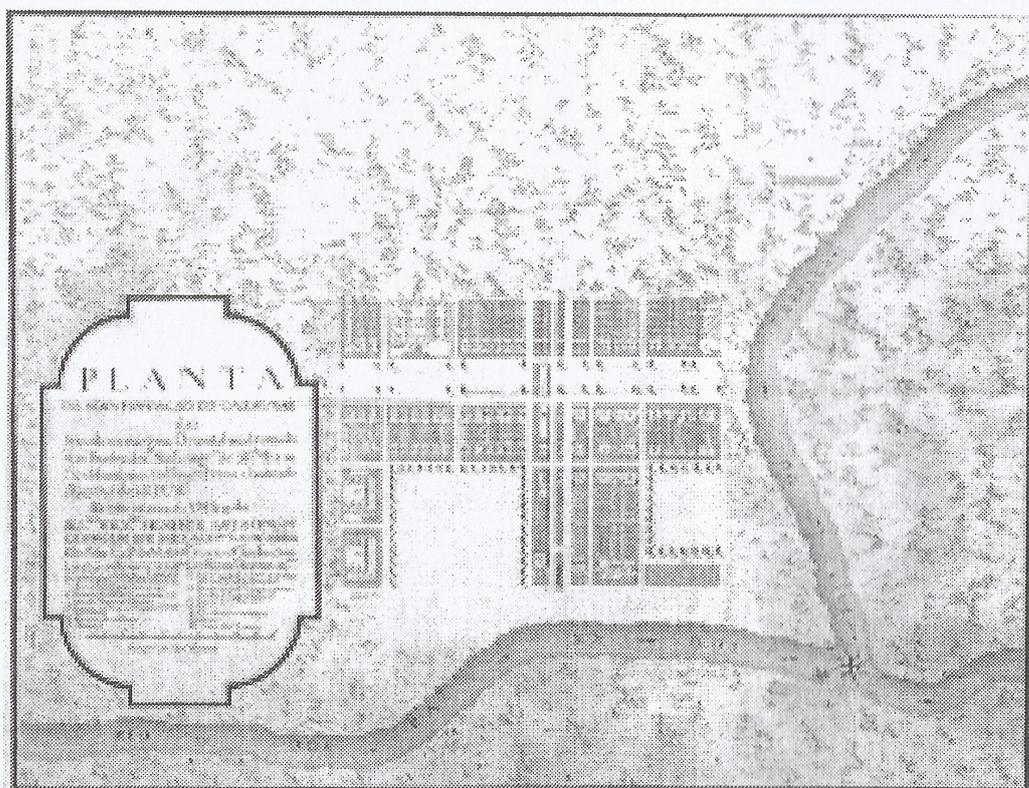
ces-
das
eles
na-
ente
ma-
ção
is de
ão à
casa

não é para os oficiais um ofício mas sim uma ciência”, e é assim que os critérios de operatividade científica de Manuel de Azevedo Fortes dominarão todo o século XVIII: “O oficial deve dominar os imprescindíveis conhecimentos de aritmética, os elementos de Euclides, a geometria prática e a trigonometria, a fortificação, ataque e defesa das praças, o uso dos instrumentos de matemática pertencentes à sua profissão, o método de tirar as plantas e cartas topográficas com os seus perfis, elevação e fachadas, e o modo de os desenhar”. No mesmo espírito científico, as Academias formadas no Brasil já desde os finais do século XVII (Rio de Janeiro em 1698; S. Luís do Maranhão e Salvador em 1699 ou Belém do Pará em 1798) prolongarão essa matriz cultural que absorve uma mão de obra especializada e apta à construção ideal e material do território.

ade,
ortu-
tudo
ir-se
sária
apa-
eca-
co-
vas-
eios
ula-
ório
que
ição
ir de
ão e
tos,
or e
ippe
erra

Aqui, importa sobretudo reflectir sobre a relação que se estabelece entre a dimensão urbana e a respectiva montagem dos sistemas defensivos. O estudo comparativo entre as cidades do litoral, as mais antigas e mais rapidamente apetrechadas com os sistemas fortificados, e os programas urbanísticos montados no interior revela um tempo diferenciado, com diferentes abordagens e alternativas dirigidas a outros e novos confrontos. Os governadores dos Estados do interior brasileiro tiveram de gerir um território desconhecido onde interessava, no âmbito da Demarcação dos Limites, implantar as barreiras impeditivas da passagem, criando, ao mesmo tempo, uma frente de autoridade perante a hostilidade dos elementos envolventes. Viu bem a administração colonizadora quando entendeu a cidade como núcleo que, por si só, é capaz de funcionar como elemento gerador da protecção. Ou seja, a ausência das estruturas da fortificação não significa o alheamento dos poderes face ao capital problema da conservação do território. Cite-se, para este efeito, o estudado caso de Casal Vasco na margem do rio Barbados, “a mais “desenhada” das vilas de Mato Grosso” (Araújo, 2002, p. 81), e fundada no âmbito das preocupações defensivas de Luís de Albuquerque de Melo Pereira Cáceres. Na expressiva hierarquização da geografia dos espaços construídos e dispostos no alinhamento das praças organizadas pelo desenho do en-

genheiro militar Joaquim José Ferreira e na definição dos alçados identificáveis com os quartéis, as “*casas dos colonos e dos índios*” deixam “*evidente não só a base militar do processo compositivo das novas povoações como, em última análise, também a intenção de instrumentalizar os seus moradores como soldados ... A vila é ao mesmo tempo um acampamento militar que guarda a fronteira e defende o território, enquanto na sua intenção de colonização interna da população é uma redução indígena e é um novo pólo económico e cultural na construção da estrutura colonial*” (Araújo, 2002, pp. 91-92).



Planta de Casal Vasco – Mato Grosso (1782)

Na mesma lógica de integração dirigida dos autóctones, dos quais se espera também a colaboração no desenvolvimento do processo produtivo, os projectos para Aldeia Maria (Goiás), Vila Viçosa (Bahia), Alcobaça (Bahia) e Portalegre (Bahia) são expoentes máximos de uma iconografia reveladora de um domínio que se exerce pela ordem e pela repetição de eficientes formulários urbanos.

A diferença da natureza social envolvida no contexto da urbanização do território determina que, por exemplo, no caso particular da

Amazônia submetida à governação pombalina, cerca de 70 lugares sejam elevados à categoria de vilas que transportam, em renovado baptismo, os nomes portugueses. Barcelos, Borba, Silves (1759) ou o interessantíssimo plano à maneira de fortaleza em Serpa (1759) são, na sua simplicidade formal e compositiva, o espelho de uma colonização que prescindiu da matéria fortificada para apostar na força da política de miscigenação, ideologicamente conduzida para um nível "civilizacional". A exclusão da protecção substituiu-se pela eficácia da regulação do plano urbanístico e pela conciliação operativa do tecido social. Outros casos, como o de Mariana (substituindo a antiga Vila de Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo e cidade a partir de 1745 para acolher as elites eclesiásticas e a sede do bispado de Minas Gerais), em contexto social que se afasta da assimilação dirigida dos autóctones, dispensam igualmente as estruturas fortificadas. A mesma situação ocorre em Vila Bela de Mato Grosso, no programa urbanístico de ampliação para a nova sede da Capitania sob a governação de Cáceres. A planta de 1773 salienta a geografia racionalizada dos espaços do poder e renuncia, mais uma vez, à construção defensiva. As elites, civis ou religiosas, fornecem também assim os modelos urbanos a aplicar em contextos mais pobres mas não menos importantes na colonização.

O século XVIII é, assim, capaz de fabricar circuitos defensivos alternativos que abdicam da fortaleza protectora sem pôr em causa as estratégias para a segurança requerida. Em margem temporal alargada, justifica-se tanto a "cruzada" do plano fortificado no Império português a Oriente (onde a primeira preocupação vai no sentido de envolver a cidade com uma cintura muralhada) como a defesa da cidade brasileira setecentista, a partir da sua própria estrutura interna e dos pactos estabelecidos entre a comunidade e os equipamentos com níveis de valoração reconhecida.

Não obstante essa "autonomia" urbana, e a exemplo do que ocorre em S. José de Macapá, a fortaleza acompanha por vezes a rede programada do espaço habitacional. É o que acontece na povoação de Alcobaça (Pará), fundada em 1780 sob a administração do governa-

dor José Nápoles Telo de Meneses, ou em S. José das Marabitenas no rio Negro (Amazónia), onde, a par de uma rigorosa atenção no alinhamento das praças, dos lotes e dos alçados das casas, a fortaleza desempenha um papel vital na defesa e vigilância sobre as vias de penetração para ocidente.



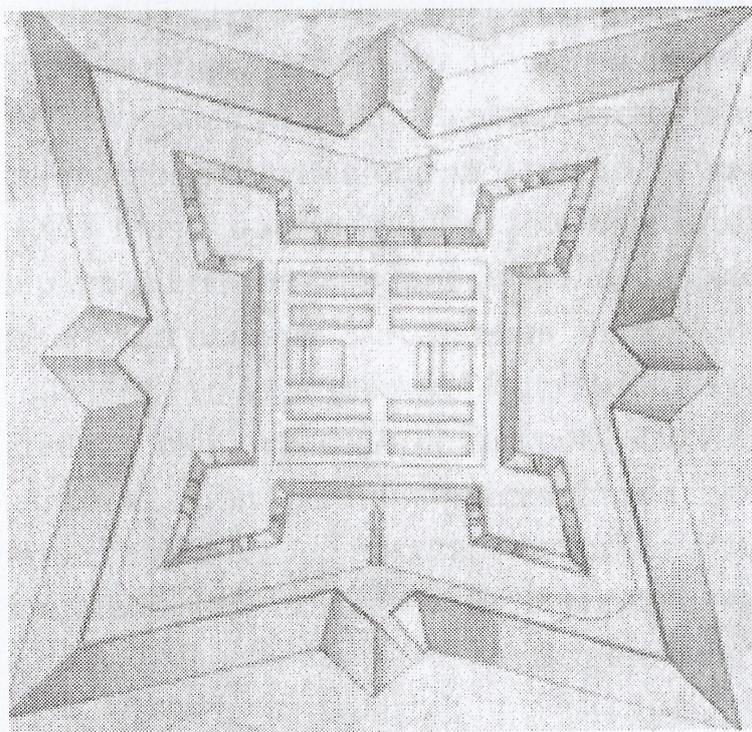
Planta de S. José de Macapá – Amapá Enrico Antonio Galluzzi, 1763

Por outro lado, as diferenças assinaladas entre o litoral e o interior constituem mais um factor determinante que explica a desigualdade de procedimentos. Não apenas porque foi no litoral que a pressão marítima promoveu as primeiras linhas defensivas, mesmo que com as estruturas herdadas e readaptadas de franceses e, sobretudo, holandeses, mas também porque é na faixa costeira que se estabelecem as elites políticas e os principais circuitos comerciais que o Império precisa de salvaguardar.

Afirmar, sem mais, que o litoral protegeu a cidade dentro da fortificação e o interior estimulou o divórcio entre as estruturas urbanas e a fortaleza constitui, de igual forma, uma imprecisão que a riqueza das alternativas obriga a questionar. Quando, na projecção do presídio de Nossa Senhora dos Prazeres (fundado em 1767), nas margens do rio Iguatemi para a defesa da linha do Paraguai, a planta do engenheiro militar José Custódio de Sá e Faria mostra, inscrita no recinto abaluartado, o fortíssimo pendor militar numa malha de intransigente ortogonalidade, o plano não deixa também de contemplar um espaço de dúbia ocupação civil. Tal como acontece com a fortaleza de

Jesus-Maria-José (c. 1754) no rio Pardo. Mas o registo das soluções variadas que a inteligência prática portuguesa captou para a salvaguarda dos seus interesses impõe, na vastidão litoral que vai de Macapá à colónia do Sacramento, a presença praticamente constante da fortificação. Mesmo que os projectos para envolver a cidade com a protecção da muralha nunca tenham sido executados (como aconteceu em Belém, em Salvador ou no Rio de Janeiro), ou mesmo que a segurança resulte das fortalezas próximas à cidade e de pequenos fortes em articulação funcional e estrategicamente colocados. De qualquer das formas, na materialidade construída ou na projecção ideal do mundo desenhado, o litoral brasileiro não prescinde das práticas militares da fortificação que prolonga, aliás, os conteúdos científicos da guerra ensaiados no século anterior.

E foi a longa experiência extraída do conhecimento teórico e de uma prática constante que permitiu também a protecção das linhas de fronteira a ocidente, aproveitando a demarcação natural dos rios. Os fortes de S. Joaquim (1775) no rio Branco, do Príncipe da Beira (c. 1775) no rio Guaporé ou de Coimbra (1797) no rio Paraguai são agora a expressão do protagonismo científico remetido à eficácia do baluarte que não precisa da cidade para afirmar a soberania.



Forte do Príncipe da Beira – Rio Guaporé Domingos Sambucetti (1776-1783)

Na generalidade dos casos, a Universidade de Coimbra funcionou como a garantia qualificada para a construção de um projecto onde se combinam estratégias imperiais e ordem científica. É da Universidade que saem as instruções para a necessária configuração icónica do mundo português americano, como é por aqui que passam os maiores vultos da matemática, da cartografia e da astronomia com incidência no conhecimento do Brasil que, por sua vez, se transforma no mais extenso e formidável laboratório científico da Europa. José Monteiro da Rocha, o italiano Miguel António Ciera, Francisco José de Lacerda e Almeida ou António Pires da Silva Pontes Leme são apenas alguns dos exemplos (muitos, sócios da Academia Real das Ciências de Lisboa) expressivos dessa linha de acção que encontra na Universidade os fundamentos do progresso científico e da Razão iluminada.

As *Viagens Filosóficas*, que se prolongarão pelo século XIX, incorporam a vontade e a coragem de conhecer, os instrumentos científicos de mediação com a natureza e uma equipe pluridisciplinar onde naturalistas, topógrafos e desenhadores, construtores e militares são também presença constante no processo de domínio territorial. Delas resultará, na obediência às instruções de Domingos Vandelli, o desenho renovado do mundo com novos capítulos científicos sobre a astronomia e a observação dos céus, as paisagens físicas e humanas (que haveriam de servir de apoio às teorias darwinistas da evolução e, em última análise, à criminologia do século XIX), a fauna e a flora (com as conhecidas repercussões editoriais, em que se destaca o dinamismo do frade mineiro José Mariano da Conceição Veloso que, chegado a Lisboa em 1790, assumiria os cargos de editor geral da tipografia Casa Literária do Arco do Cego e administrador da Imprensa Régia), a mineralogia, a etnografia, as técnicas da construção e do urbanismo ou as artes da guerra. Desta energia combinada, desenvolver-se-iam ainda as práticas coleccionistas e, em suma, os critérios museológicos.

Os instrumentos utilizados eram, na sua impressionante precisão, os recolhidos a partir do mesmo espírito científico que apetre-

chava os gabinetes montados no Museu de História Natural, na Física ou no Observatório Astronómico da Universidade. Provenientes do Real Colégio dos Nobres ou fruto das encomendas dirigidas aos principais circuitos europeus de fabrico, os instrumentos são a garantia da eficácia científica que importa exportar para as colónias. Ainda hoje, com esse espólio já reduzido, se preserva, nestes locais, a marca de uma cultura que desenvolve as lições de Descartes, Galileu ou Newton, e que, não nascendo no exacto contexto da Reforma Pombalina, encontra aqui a sua expressão mais erudita.

Na cultura dirigista do Iluminismo é aos homens que cabe também um papel de validade científica na articulação ao Brasil. A passagem pela Universidade, quer com a obtenção dos graus académicos quer no envolvimento com a matéria construtiva em torno dos espaços lectivos em Coimbra, promoveu a formação de uma espécie de cordão umbilical solidificado pela actuação da "inteligência" e dos saberes em território brasileiro. O caso exemplar de Ricardo Franco de Almeida Serra, capitão de Infantaria, e durante mais de 10 anos ao lado de Elsdén na reestruturação dos espaços físicos da Reforma Pombalina da Universidade, é revelador desta mobilidade intercontinental que constrói a pulso as linhas fronteiriças. Enviado para o Brasil em 1780, Ricardo Serra seria incorporado nas viagens de demarcação e no apuramento dos limites territoriais estabelecidos pelo Tratado de Santo Ildefonso. Desenhando cartas geográficas nos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão e Piauí, registando memórias, topografias e diversos levantamentos ao longo dos grandes rios Branco, Madeira, Mamoré, Guaporé ou Paraguai, em articulação de esforços com o governador de Mato Grosso, Luís de Albuquerque Pereira e Cáceres, a Ricardo Serra couberam outras tarefas no âmbito da projecção do urbanismo e dos espaços arquitectónicos. A planificação urbana de Casal Vasco, de edifícios diversos em Vila Bela ou Vila Maria ou o desenho do forte de Coimbra dão, assim, a exacta dimensão da versatilidade categorizada dos oficiais do exército português.

Nos bancos escolares, nos gabinetes onde se levavam a cabo as experiências que enfrentavam pragmaticamente o mundo, nas leituras dos textos produzidos na Universidade ou nela presentes e nos estaleiros de arquitectura montados em Coimbra, formou-se uma elite que, da metrópole ou vinda do Brasil, haveria de ter responsabilidades acrescidas na configuração do território e nas estratégias políticas da sua governação. Ao mesmo tempo, não deve ser esquecida a contribuição brasileira no contexto político e científico em Portugal, como na própria Universidade.

O movimento independentista, que se prepara desde muito cedo no Brasil, conta com a prestação de figuras como o brasileiro José Bonifácio de Andrada e Silva, com uma trajectória que passa não apenas por Coimbra mas também pelos principais centros de metalurgia na Europa. Os cargos de intendente geral das Minas do Reino e secretário geral da Academia Real das Ciências são apenas a expressão visível da sua categoria intelectual o que, regressado ao Brasil em 1819, lhe permitiria desbravar o sonho da independência. Por outro lado, o retorno de uma dinâmica de onde não se ausentam a capacidade e arrojo científicos ou a percepção política da cultura ideológica das Luzes, encontra-se em personagens como o Bispo Reitor D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho. Nascido no Rio de Janeiro, acabaria por ser em Coimbra a extensão “natural” dos desígnios pombalinos para a Universidade, o homem que viabilizou a reforma dos Estudos e dos espaços e que a ela se manteria fiel até à sua morte em 1822.

Na confluência dos elementos presentes, a inteligibilidade do território brasileiro, “*categoria aparentemente universal, falsamente natural ... (sem) nada de espontâneo*” (Bueno, 2004, p. 229), é sobretudo devedora de um trabalho historiográfico efectuado ao longo dos últimos anos nos dois lados do Atlântico. Por ele foi sendo clarificado um jogo complexo cuja actuação já não coube em exclusivo a Portugal. Desenvolvendo mecanismos impostos e potenciais internos o Brasil construiu enfim a sua própria identidade feita de assimilação, ruptura e transformação.

Bibliografia sumária

- A.A.V.V., *A arte no mundo português nos séculos XVI-XVII-XVIII*, Actas do V Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte, Faro, Universidade do Algarve, 2002.
- A.A.V.V., *Brasil-brasis, cousas notáveis e espantosas. A construção do Brasil. 1500-1825*, Catálogo de Exposição, Lisboa, C.N.P.C.D.P., 2000.
- A.A.V.V., *Laboratório do Mundo. Idéias e Saberes do século XVIII*, Catálogo da Exposição, São Paulo, 2004.
- A.A.V.V., *O Brasil Redescoberto*, Rio de Janeiro, Paço Imperial/MinC/IPHAN, 1999.
- A.A.V.V., *O Marquês de Pombal e a Universidade*, Coimbra, Imp. da Universidade, 2000.
- A.A.V.V., *Universo urbanístico português 1415-1822*, Colectânea de Estudos, Lisboa, C.N.P.C.D.P., 1998.
- A.A.V.V., *Universo urbanístico português 1415-1822*, Actas do Colóquio Internacional, Lisboa, C.N.P.C.D.P., 2001.
- ARAÚJO, RENATA MALCHER DE, *As Cidades da Amazónia. Belém, Macapá e Mazagão*, Porto, F.A.U.P., 1998.
- ARAÚJO, RENATA, "A Razão na Selva: Pombal e a reforma urbana da Amazónia", *Camões. Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, nº 15-16, Lisboa, 2003.
- BRIGOLA, JOÃO CARLOS PIRES, *Colecções, Gabinetes e Museus em Portugal no Século XVIII*, Lisboa, F.C.G./F.C.T., 2003.
- COSTA, ANTÔNIO GILBERTO (org. de), *Cartografia da conquista do território das Minas*, Belo Horizonte, Ed. UFMG/Kapa Ed., 2004.
- DIAS, PEDRO, *História da Arte Luso-Brasileira. Urbanização e fortificação*, Coimbra, Liv. Almedina, 2004.

KNIGHT, DAVID MARCUS, “Viagens e Ciência no Brasil”, *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, vol. VIII, Suplemento, Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, 2001.

KURY, LORELAI, “Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem”, *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, vol. VIII, Suplemento, Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, 2001.

MARTINS, RUI CUNHA, “O paradoxo da demarcação emancipatória: a fronteira na era da sua reprodutibilidade icónica”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 59, 2001.

MOREIRA, RAFAEL; ARAÚJO, RENATA MALCHER DE, “A Engenharia Militar do século XVIII e a ocupação da Amazônia”, *Amazônia Felsinea. António José Landi. Itinerário artístico e científico de um arquitecto bolonhês na Amazônia do século XVIII*, Lisboa, C.N.P.C.D.P., 1999.

OLIVEIRA, MÁRIO MENDONÇA DE, *As fortificações portuguesas de Salvador quando Cabeça do Brasil*, Salvador-Bahia, Fundação Gregório de Matos, 2004.

RAMINELLI, RONALD, “Do conhecimento físico e moral dos povos: iconografia e taxionomia na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira”, *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, vol. VIII, Suplemento, Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, 2001.

REIS, NESTOR GOULART, *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*, S. Paulo, Ed. da Universidade de S. Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2001.

SANTOS, BOAVENTURA SOUSA, *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*, Porto, Ed. Afrontamento, 2002.

ROSSA, WALTER, “A cidade portuguesa”, *História da Arte Portuguesa*, vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995.